

LUCRO LÍQUIDO DA AES TIETÊ ATINGE R\$ 881,4 MILHÕES EM 2013

Comentários do Sr. Gustavo Pimenta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Para a AES Tietê, 2013 foi um ano de consolidação da estratégia de comercialização da Companhia. No ano, foram fechados 475MWh de novos contratos de energia própria vendida para entrega em 2016. Em 2014, a companhia continua avançando sua estratégia de comercialização de energia tendo negociado até fevereiro 230MWh de novos contratos para entrega a partir de 2016.

Na esfera operacional, em 2013 tivemos o resultado do aprimoramento da nossa política de gestão de ativos físicos. No ano, houve redução de 46% nas indisponibilidades não programadas das usinas da AES Tietê (vs. 2012) refletindo as boas práticas e a confiabilidade na manutenção de ativos da Companhia.

Os investimentos em modernização de nossas usinas totalizaram R\$ 206 milhões em 2013. Para o período de 2014 até 2018 a Companhia pretende investir mais R\$ 600 milhões, visando à contínua melhoria das condições operacionais, assegurando a disponibilidade de seu parque gerado.

Mesmo com resultado adverso do rebaixamento da assegurada no início de 2013, a AES Tietê gerenciou os custos com exposição no mercado spot e fechou o ano com uma compra de energia de 264GW, volume 60% inferior ao guidance dado no início do ano de 663GW devido à estratégia de venda de energia ao longo do 2º semestre de 2013. Como resultado, o Ebitda no ano de 2013 foi de R\$ 1.525,5 milhões, em linha com o ano de 2012 (R\$ 1.542,4 milhões).

A AES Tietê propõe a distribuição integral da base para pagamento de dividendos (R\$ 952,7 milhões) do ano de 2013, correspondentes a 108,1% do lucro líquido do trimestre. O dividend yield do ano ficou em 12,4% para as ações ordinárias e 12,6% para as ações preferenciais.

R\$ milhões	2012	2013	Var (%)
Receita Líquida	2.112,4	2.336,9	10,6%
Custos e Despesas Operacionais**	570,0	811,5	42,4%
EBITDA	1.542,4	1.525,5	-1,1%
Margem EBITDA - %	73,0%	65,3%	-7,7 p.p
Lucro Líquido	901,3	881,4	-2,2%
Margem Líquida - %	42,7%	37,7%	-5,0 p.p
Patrimônio Líquido	1.808,3	1.783,8	-1,4%
Dívida Líquida	523,2	659,9	26,1%
Geração de caixa operacional	1.638,3	1.486,1	-9,3%

*reclassificação contábil

**não inclui depreciação

Índices	2012	2013	Var (%)
Lucro Líq*** / PL (vezes)	0,5x	0,5x	-0,9%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,3x	0,4x	27,9%
Dívida Líquida/ EBITDA** (vezes)	0,3x	0,5x	70,7%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	16,3x	16,4x	0,6%

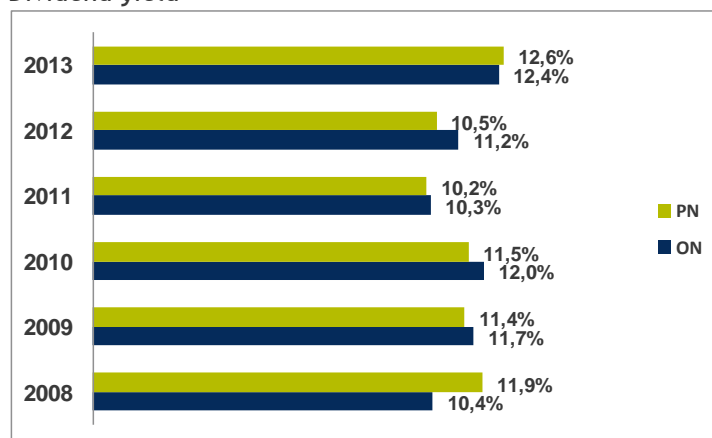
** últimos 12 meses

Dados Operacionais	2012	2013	Var (%)
Energia Gerada - GWh	3.160,2	3.189,5	0,9%
Preço Contrato Bilateral****	182,6	194,2	6,3%
Investimentos - R\$ milhões	138,9	205,9	48,3%
Funcionários	364	337	-7,4%

**** Contrato com AES Eletropaulo

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014 - A AES Tietê S.A. (BM&FBovespa: GETI3 e GETI4; OTC: AESAY e AESYY) anunciou hoje os resultados referentes ao 4º trimestre de 2013 (4T13) e ao ano de 2013. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. e de sua controlada AES Rio PCH Ltda., de acordo com a legislação societária.

Dividend yield



GETI3: R\$ 14,66 GETI4: R\$ 16,86 (24/02/14)

VALOR DE MERCADO: R\$ 5.994 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 2.562 milhões

DESTAQUES DE 2013

Operacional

- ↑ Redução de 19% no fator equivalente de paradas forçadas (0,35% em 2012 vs. 0,28% em 2013)
- ↑ +295MWh de energia vendida para entrega em 2016 a um preço médio de R\$125/MWh, totalizando 708MWh ou 57% da energia disponível
- ↑ Geração de energia 9% superior à garantia física e 15% abaixo da registrada em 2012

Financeiro

- ↑ Receita líquida de R\$ 2.337 milhões em 2013, com aumento de 11% vs. 2012 explicado principalmente pela comercialização de contratos bilaterais em linha com a estratégia pós 2015
- ↓ Ebitda alcançou R\$ 1.525,5 milhões em 2013 em linha com o de 2012 (variação de 1,1% entre os períodos), principalmente, em função do rebaixamento da garantia física no primeiro trimestre de 2013, compensado pelo aumento da receita líquida com o contrato da AES Eletropaulo
- ↓ Lucro líquido de R\$ 881 milhões em 2013; pequena redução de 2% na comparação com 2012

Dividendos

- ↑ A Administração da AES Tietê propõe a distribuição integral da base para pagamento de dividendos (R\$ 952,7 milhões) do ano de 2013, correspondentes a 108,1% do lucro líquido auferido no ano. A distribuição de dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral prevista para ocorrer em 04 de abril de 2014

Social

- ↑ Segurança: acidente zero com colaboradores próprios e contratados e população
- ↑ Desenvolvimento e Valorização de Comunidades: aumento de 18,2% no número de beneficiados pelos projetos sociais da Companhia, totalizando 175,5 mil beneficiados em 2013.

Ambiental

- ↑ Eficiência no Uso de Recursos: aumento de 10 p.p. na reciclagem dos resíduos gerados (95% dos resíduos gerados em 2013 foram ou reciclados ou reaproveitados)

CONTEXTO OPERACIONAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 1,7% da capacidade de produção de eletricidade do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na Região Amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação de geração de energia são executadas pelo ONS, que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia gerada no País é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurados, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “energia secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit, medido pelo *Generation Scaling Factor* (GSF), também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, resultando em exposições ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Além disso, as usinas despachadas pelo ONS estão sujeitas à aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (MRA). O MRA verifica se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos. Estes cálculos são feitos considerando os parâmetros de interrupções programadas e forçadas, verificados em relação aos parâmetros de referência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, caso sejam descumpridos os requisitos de disponibilidade pelas usinas, a garantia física será ajustada podendo gerar exposições no mercado de curto prazo.

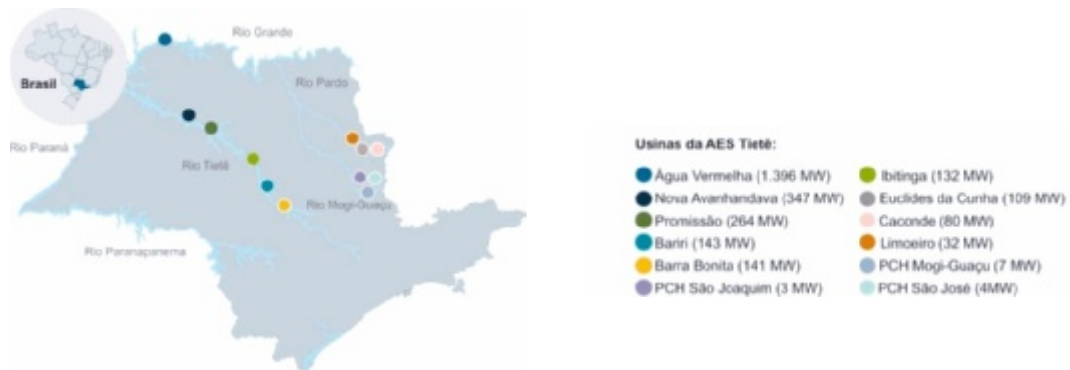
Os efeitos do MRE, MRA, GSF ou energia secundária são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela Aneel para cada usina hidrelétrica, é definida como a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

PERFIL

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), a AES Tietê atua no Brasil desde 1999 na geração e a comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW.

As usinas da AES Tietê estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e no Rio Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa abaixo:



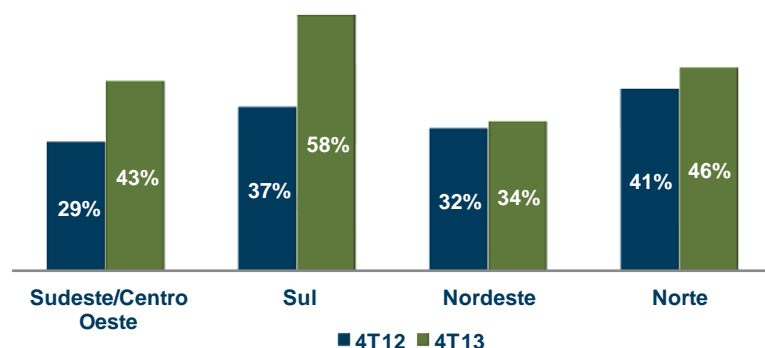
DESEMPENHO OPERACIONAL

RESERVATÓRIOS

No último trimestre de 2013, o nível médio de armazenamento dos reservatórios do SIN fechou o ano em 43%, nível maior que em dezembro de 2012 quando este percentual foi de 31%, refletindo o maior despacho de usinas termoeletricas em 2013 (12GW na média anual).

Os reservatórios da região Sudeste/Centro-Oeste fecharam o ano também em 43%, desempenho superior ao observado no mesmo período de 2012, que registrou 29%. No início de outubro, o nível dos reservatórios desse submercado atingiu valores próximos aos de 2012, mas em novembro e dezembro, devido ao aumento de afluições, o volume atingiu valores superiores aos observados no 4T12.

Nível dos Reservatórios (%)



O nível de armazenamento de energia nas usinas da AES Tietê encerrou o ano de 2013 em 51%, desempenho superior ao observado no mesmo período de 2012, quando os reservatórios encerraram o ano em 44%.

ENERGIA GERADA

No 4T13, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê atingiu 3.189,5 MWh, 0,9% superior ao mesmo período de 2012. O maior volume reflete as melhores condições hidrológicas e o nível mais elevado dos reservatórios no final do ano.

Destaca-se o aumento da geração de energia das usinas da AES Tietê no 4T13, em particular para as usinas Euclides da Cunha, Limoeiro, Caconde e Ibitinga, que apresentaram maior variação no volume de energia gerada.

No ano de 2013, a usina de Limoeiro registrou aumento relevante em sua geração, 34% maior que o verificado no ano de 2012. Logo em seguida aparecem as usinas de Euclides da Cunha e Nova Avanhandava, com cerca de 19,5% e 13,0%, respectivamente, de crescimento na geração de energia no ano.

Em contrapartida, a Usina de Água Vermelha, que possui a maior representatividade dentre as usinas que compõem o parque gerador da AES Tietê, gerou um volume de energia 2,5% inferior na comparação com o 4T12. No total do ano, o volume de energia gerada por essa usina foi reduzido em cerca de 26% se comparado ao mesmo período do ano anterior, devido a decisão do ONS de reduzir o despacho das hidroelétricas no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o ano de 2013, visando a recuperação dos níveis dos reservatórios.

Na tabela abaixo é possível visualizar a variação no volume de energia gerada pelas usinas da AES Tietê no 4T13 e no acumulado do ano:

Geração (Usinas) - GWh	4T12	4T13	Variação (%) 4T13 x 4T12	2012	2013	Variação (%) 2013 x 2012
Energia Gerada Bruta	3.160,2	3.189,5	0,9%	14.269,6	12.196,3	-14,5%
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	1.971,3	1.922,1	-2,5%	8.557,5	6.369,5	-25,6%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	157,0	137,9	-12,2%	705,0	725,8	3,0%
Barra Bonita	116,7	114,2	-2,2%	611,8	612,8	0,2%
Caconde	63,8	79,5	24,5%	330,4	147,0	-55,5%
Euclides da Cunha	85,2	110,2	29,4%	424,7	507,7	19,5%
Ibitinga	136,7	166,6	21,9%	712,4	657,1	-7,8%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	25,5	32,0	25,5%	101,1	135,4	33,9%
Nova Avanhandava	361,7	366,2	1,2%	1.528,8	1.729,2	13,1%
Promissão (Mário Lopes Leão)	235,5	253,9	7,8%	1.245,7	1.275,0	2,4%
Mogi / S. Joaquim / S. José	6,9	7,0	2,3%	33,9	36,9	8,7%
PCH Minas*	-	-	-	18,2	-	-100,0%

* A venda da PCH Minas foi concluída em 31 de agosto de 2012.

A geração total bruta das usinas da Companhia no 4T13 foi equivalente a 120,6% da sua garantia física *versus* 120,5% da sua garantia física em 4T12. No ano, a geração total bruta foi equivalente a 109,0% da sua garantia física *versus* 126,9% da sua garantia física em 2012.

FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada com a AES Eletropaulo é de 1.268 MW médios. Esse é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano até o término do contrato em 31 de dezembro de 2015.

O contrato admite sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado por ela atendido e com a alocação de energia dos demais contratos por ela celebrados.

O preço praticado no contrato foi fixado em 2000, data em que foi homologado pela Aneel, com base na regulamentação vigente, que estabelecia o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então, esse preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M, conforme estabelecido no contrato. Em 04 de julho de 2013, o preço do contrato bilateral sofreu reajuste anual de 5,14%, baseado no IGP-M acumulado no período. Com isso seu preço passou de R\$ 182,66/MWh para R\$ 194,19/MWh, com reflexos a partir do 3T13.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas)

A tarifa aplicada à energia faturada no MRE é ajustada anualmente pela Aneel, em janeiro, pela variação do IPCA. A tarifa vigente em 2014 é de R\$ 10,54/MWh, enquanto em 2013 era de R\$ 10,01/MWh. Essa tarifa é determinada de forma a reembolsar os custos variáveis de operação e manutenção das usinas.

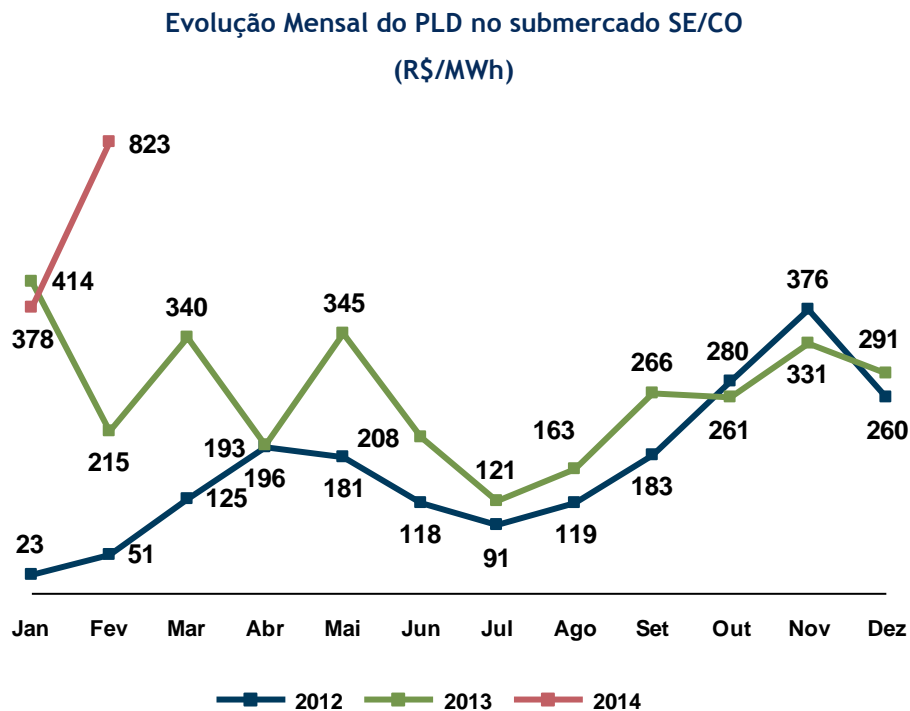
Já o preço da energia faturada no mercado spot, isto é, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), varia de acordo com as condições elétricas, climáticas e de oferta e demanda de energia. A partir de setembro de 2013, o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Antes da Resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Política Energética (Resolução CNPE 03), que determinou esse novo modelo de formação do PLD, as despesas com o acionamento dessas usinas térmicas eram cobradas por meio do ESS (Encargo de Serviços do Sistema).

No trimestre houve redução do PLD no submercado Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R\$ 305,17/MWh no 4T12 para R\$ 293,87/MWh no 4T13. A redução foi influenciada pela melhor afluência no período em relação ao final de 2012, sendo que o nível de despacho térmico permaneceu o mesmo na comparação entre os trimestres (~12GW).

No comparativo entre 2012 e 2013, o PLD médio no submercado Sudeste/Centro-Oeste passou de R\$ 166,72/MWh em 2012 para R\$ 263,07/MWh em 2013, resultado da incorporação do CVaR, conforme anteriormente citado, bem como influenciado pela menor afluência média verificada em 2012 em comparação com 2013.

No início do ano de 2014, com a baixa dos reservatórios e a falta de chuvas, o PLD médio voltou a subir em janeiro e fevereiro e fechou o mês em R\$ 822,83/MWh valor máximo permitido pela legislação em todas as cargas dos quatro submercados.

O gráfico abaixo ilustra a variação do PLD mensal nos últimos três anos:



Adicionalmente, são consideradas como receitas administrativas com a CCEE, aquelas relativas ao rateio de receitas auferidas devido aos pagamentos de principal, correção monetária, multa e juros pelos agentes inadimplentes com a CCEE.

Outros Contratos Bilaterais

Em 2011, a Companhia definiu sua estratégia para a comercialização de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a AES Eletropaulo.

O objetivo é formar uma base de clientes no mercado livre e ao mesmo tempo buscar margens na comercialização, de tal forma que o contrato com a AES Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes.

Como resultado dessa estratégia, o portfólio de contratos bilaterais no mercado livre apresentou crescimento no 4T13 de 65MWm para entrega em 2016. O portfólio atual da Companhia totaliza 708 MWm de energia própria vendida para entrega em 2016, considerando os 230MWm negociados até 25 de fevereiro de 2014. O preço médio dos contratos vendidos no 4T13 e até 25 de fevereiro de 2014 é de R\$ 125/MWh.

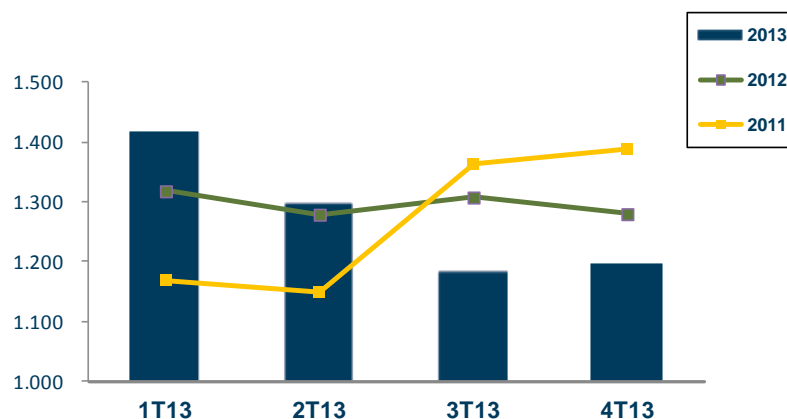
ENERGIA FATURADA

A energia faturada pela AES Tietê aumentou 1,9% na comparação entre o 4T13 e o 4T12, e decresceu 5,6% na comparação entre 2013 e 2012. As variações são detalhadas a seguir:

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	4T12	4T13	Variação (%)		2012	2013	Variação (%)	
			4T13 x 4T12				2013 x 2012	
Energia Faturada	3.695,8	3.765,1	1,9%		16.727,9	15.796,8	-5,6%	
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.579,2	2.603,7	0,9%		11.138,1	11.107,7	-0,3%	
CCEE	922,2	684,4	-25,8%		4.974,6	2.757,1	-44,6%	
<i>Spot</i>	57,9	143,8	148,6%		1.140,5	544,8	-52,2%	
<i>MRE</i>	864,4	540,6	-37,5%		3.834,1	2.212,3	-42,3%	
Outros Contratos Bilaterais	194,4	477,0	145,4%		615,1	1.932,0	214,1%	

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo em 2013 totalizou cerca de 11.108 GWh, redução de 0,3% em relação ao ano de 2012. Essa variação é justificada pelo fato de 2012 ser um ano bissexto, o que aumentou a quantidade de energia vendida. Já a variação trimestral se deve à sazonalidade do contrato, que varia a cada ano, como explicado na seção “Fontes de Receita - AES Eletropaulo”.

Demanda AES Eletropaulo (MW médios)



O volume de energia faturada por meio da CCEE no 4T13 reduziu 25,8% se comparado ao 4T12, devido ao menor volume de energia vendida no MRE (-37,5%) compensado parcialmente pelo maior volume de energia secundária liquidada no mercado spot (148,6%).

Em 2013 o volume faturado por meio do CCEE decresceu 44,6% se comparado a 2012. Esse desempenho decorre da redução do volume de vendas no mercado *spot* (-52,2%) e no MRE (-42,3%) em função do rebaixamento da garantia física do SIN no primeiro semestre de 2013.

Já o volume de vendas por meio dos contratos bilaterais no 4T13 superou em 145,4% o volume de vendas registrado no 4T12 e em 214,1% o volume de vendas registrado no ano de 2012; em vista da estratégia de comercialização que está sendo adotada pela Companhia para substituir o contrato bilateral com a AES Eletropaulo.

REGULATÓRIO

Nova regra de sazonalização

Em 29 de outubro de 2013, foi publicada pela Aneel a Resolução 584 que estabelece prazos e novas condições para sazonalização da garantia física das usinas de geração de energia elétrica. A resolução tem como objetivo propiciar mais liberdade para gerenciamento estratégico de riscos aos geradores e eliminar a vulnerabilidade das usinas cotistas e de Itaipu aos efeitos da sazonalização da garantia física dos demais participantes.

A principal mudança na nova regra é que a partir de 2014 serão permitidas dois tipos de sazonalização de garantia física: uma para fins de lastro (contratos) e outra para fins de alocação de energia no MRE.

Buscando minimizar riscos hidrológicos no ano de 2014, a AES Tietê, ao declarar o perfil de sazonalização para o MRE em dezembro de 2013, optou por alocar maior parte de sua energia no MRE no primeiro semestre de 2014. A expectativa da Companhia, no momento da declaração, era de maiores preços do mercado spot no primeiro semestre de 2014, dado previsão de baixo nível de afluência e queda no nível dos reservatórios, seguindo a tendência verificada durante o ano de 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 4T13, a receita operacional bruta da AES Tietê totalizou R\$ 613,4 milhões, montante 17,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 521,0 milhões), explicado pelos seguintes fatores:

- (i) maior volume de energia vendida no spot (aumento de 148,6%) combinado a um preço elevado na região Sudeste/Centro-Oeste de R\$ 293,9/ MWh no 4T13; e
- (ii) combinação entre o reajuste de 5,14% no preço do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, a partir de 04 de julho de 2013, e a sua sazonalização que contribuiu para o aumento de 0,9% no volume de energia faturada por meio desse contrato no 4T13.

Em 2013, a receita operacional bruta aumentou 11,2%, chegando a R\$ 2.478,1 milhões, favorecida:

- (i) pelo maior volume de energia vendida por meio de outros contratos bilaterais (1.932,0 GWh em 2013 ante 615,1 GWh em 2012); e,
- (ii) pelo reajuste anual do preço do contrato bilateral com a AES Eletropaulo em julho de 2013 (R\$ 182,66/MWh versus R\$ 194,19/MWh).

Receita Bruta (Consolidado) - R\$ milhões	4T12	4T13	Variação (%) 4T13 x 4T12	2012	2013	Variação (%) 2013 x 2012
Suprimento de Energia	521,0	613,4	17,8%	2.228,7	2.478,1	11,2%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	471,1	505,6	7,3%	1.982,7	2.088,1	5,3%
CCEE	21,5	55,6	158,2%	158,8	170,8	7,6%
Spot	12,7	48,8	285,1%	121,0	144,5	19,4%
MRE	8,8	6,7	-23,4%	37,0	25,9	-29,9%
Outras (Administrativos)	0,1	0,0	-95,5%	0,8	0,4	-52,5%
Outros Contratos Bilaterais	28,3	52,3	84,5%	87,2	218,8	150,7%

DEDUÇÕES DA RECEITA

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo). Para as demais fontes de receita da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou R\$ 37,5 milhões em deduções de receita no 4T13 ante R\$ 26,9 milhões no 4T12, um incremento de 39%. Esse desempenho é explicado pela maior participação da receita proveniente dos outros contratos bilaterais, cuja alíquota é de 9,25%.

Em 2013 as deduções alcançaram R\$ 141,1 milhões, ante R\$ 116,3 milhões registrados em 2012. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelo incremento de 150,7% na receita proveniente dos outros contratos bilaterais.

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê totalizou R\$ 576,0 milhões no 4T13, montante 16,6% superior ao registrado no 4T12. Esse desempenho reflete, principalmente (i) a elevação na linha de receitas com a CCEE, em decorrência do maior volume de energia vendida no mercado spot, e (ii) ao reajuste anual do preço do contrato com a AES Eletropaulo.

Em 2013, a receita operacional líquida registrou aumento de 10,6%, chegando a R\$ 2.336,9 milhões, favorecida: (i) pelo maior volume de energia vendida por meio de outros contratos bilaterais; e (ii) pelo reajuste anual do preço do contrato bilateral com a AES Eletropaulo.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ mil	4T12	4T13	Var (%)	2012	2013	Var (%)
Custos e Despesas Operacionais Reportado	201.892	197.967	-1,9%	569.991	811.451	42,4%
Encargos e taxas setoriais	43.599	40.564	-7,0%	182.439	159.702	-12,5%
Energia comprada	100.990	78.459	-22,3%	196.591	443.464	125,6%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	144.589	119.022	-17,7%	379.030	603.166	59,1%
Pessoal	19.641	20.612	4,9%	78.046	80.687	3,4%
Material e serviços de terceiros	25.423	38.849	52,8%	91.199	97.263	6,6%
Outros	12.239	19.483	59,2%	21.716	30.335	39,7%
PMSO Reportado	57.303	78.944	37,8%	190.961	208.285	9,1%
Entidade Previdência Privada	819	1.330	62,4%	2.231	4.603	106,3%
Provisões Operacionais	473	7.602	1507,2%	1.810	6.177	241,3%
Recuperação Seguros	(5.228)	(4.328)	-17,2%	(5.228)	(4.328)	-17,2%
Normalização Manutenção bianual eclusas	(827)	1.962	-337,4%	4.096	(2.364)	-157,7%
Outros não gerenciáveis*	(12)	(44)	269,7%	(4.682)	(1.185)	-74,7%
PMSO - excluindo os não gerenciáveis	62.078	72.422	16,7%	192.734	205.382	6,6%

* ganhos e receitas com venda de ativos.

Os custos e despesas operacionais totalizaram o ano de 2013 com R\$ 811,5 milhões ante R\$ 570,0 milhões verificado em 2012. O resultado é explicado principalmente pelo aumento do custo com compra de energia no mercado spot (em função do rebaixamento da assegurada verificada no primeiro semestre de 2013) e com o maior volume de energia comprada para revenda, seguindo a estratégia de comercialização da Companhia.

Em relação aos custos gerenciáveis de 2013, a Companhia apresentou crescimento dos custos em linha com a inflação do período.

Em 2014 a Companhia continuará intensificando suas ações de revisão de seus custos gerenciáveis buscando mantê-los em linha com o valor apresentado em 2013. As principais iniciativas da Companhia estarão centradas em: (i) melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas; (ii) internalização do processo de gestão de seus reservatórios; e (iii) reavaliação dos custos administrativos, através da redução do grupo serviços de terceiros. Todas estas ações estão vinculadas ao processo de investimento da Companhia em modernização e automação de suas usinas iniciado em 2010 e à adoção de diretrizes em gestão de ativos, que possibilitaram que a Companhia fosse a primeira empresa da América Latina a receber a certificação PAS 55¹.

As principais causas das variações das contas de custos e despesas operacionais estão detalhadas a seguir:

Custos com Energia Comprada, Taxas Setoriais e Encargos

R\$ mil	4T12	4T13	Var (%)	2012	2013	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	14,661	15,027	2.5%	68,354	61,521	-10.0%
Transmissão e Conexão	27,307	23,854	-12.6%	107,303	91,063	-15.1%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1,631	1,683	3.2%	6,782	7,118	5.0%
Energia Comprada	100,990	78,459	-22.3%	196,591	443,464	125.6%
<i>Reclassificação contábil</i>	-	610	-	-	-	-
TOTAL - Custos operacionais e compra Energia	144,589	119,633	-17.3%	379,030	603,166	59.1%

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

As despesas com a CFURH aumentaram 2,5% na comparação do 4T13 com o 4T12, influenciadas pelo: (i) maior volume de energia gerada no período (3.189,5 GWh no 4T13 versus 3.160,2 GWh no 4T12); e (ii) reajuste de 3,54% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), que foi fixada em R\$ 75,45/MWh desde janeiro de 2013.

Na comparação entre os anos de 2013 e 2012 a conta reduziu 10,0%, dado principalmente o decréscimo de 14,5% no volume de energia gerada (12.196,3 GWh em 2013 ante 14.269,6 em 2012), parcialmente compensado pelo reajuste da TAR de R\$ 72,87/MWh em 2012 para R\$ 75,45/MWh em 2013.

Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão totalizaram R\$ 23,9 milhões no 4T13, uma redução de 12,6% em comparação ao 4T12. Essa variação é explicada, principalmente, pelos novos valores de TUSD-g e TUSTrb homologados pela Aneel em 2013, decorrentes da Lei 12.783/2013, que objetivou a redução das tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 2013.

Em 2013 referidos custos foram reduzidos em 15,1%, totalizando R\$ 91,1 milhões ante R\$ 107,1 milhões registrados em 2012. Essa redução reflete os novos valores de TUSD-g e TUSTrb mencionados acima.

Taxas de Fiscalização / Demais Encargos

Os custos com Taxas de Fiscalização / Demais Encargos, que incluem Taxa de Fiscalização da Aneel e Demais Taxas e Encargos com a CCEE e ONS totalizou o 4T13 em R\$ 1,7 milhões, 3,2% superior ao valor registrado no 4T12. Essa performance reflete o aumento dos custos com a contribuição à CCEE, relacionado à maior participação no processo de rateio, dado aumento do volume de energia transacionado no 4T13 versus 4T12, além de projetos no âmbito da CCEE, que aumentaram o rateio de custos aos agentes.

¹ Certificação internacional elaborada em 2004, pelo Instituto Britânico de Normas (British Standards Institution's)

Em 2013, verificou-se um incremento de 5,0% nesses custos, totalizando R\$ 7,1 milhões ante R\$ 6,8 milhões registrados em 2012. Essa performance reflete o aumento dos custos com a contribuição à CCEE, conforme mencionado acima.

Energia Comprada

O custo com energia comprada para revenda reduziu de R\$ 101,0 milhões no 4T12 para R\$ 78,5 milhões no 4T13. Esse resultado é influenciado, principalmente, pela:

- (i) redução de R\$ 43,4 milhões nos custos com compra de energia no mercado *spot*, dado o menor volume de compra no 4Q13 na comparação com o 4T12, quando se deu o rebaixamento da garantia física da Companhia no SIN, com um maior preço médio no submercado Sudeste/Centro-Oeste (R\$ 304,4/MWh no 4T12 versus R\$ 293,95/MWh no 4T13); e,
- (ii) parcialmente compensada pela elevação de R\$ 24,3 milhões nos custos com compra de energia por meio de contratos bilaterais devido ao maior volume de compra (495,3 GWh no 4T13 ante 212,3 GWh no 4T12).

No ano de 2013, as despesas com compra de energia para revenda totalizaram R\$ 443,5 milhões (versus R\$ 196,6 milhões em 2012). Esse resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) maior volume de compra no mercado *spot* (783,3 GWh em 2013 ante 373,6 GWh em 2012) a um maior preço médio (R\$ 263,09/MWh em 2013 ante R\$ 166,72/MWh em 2012) para atender à exposição gerada pelo rebaixamento da garantia física da Companhia no SIN e a maior indisponibilidade das unidades geradoras em relação aos padrões estabelecidos pelo ONS;
- (ii) maior volume de compra de energia por meio de contratos bilaterais (2.080,1 GWh em 2013 ante 729,9 GWh em 2012) devido ao aumento na carteira de clientes.

Custos e Despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO Reportado)

Pessoal

R\$ mil	4T12	4T13	Var (%)	2012	2013	Var (%)
Pessoal e Encargos	18.822	19.282	2,4%	75.815	76.084	0,4%
Entidade Previdência Privada	819	1.330	62,4%	2.231	4.603	106,3%
TOTAL	19.641	20.612	4,9%	78.046	80.687	3,4%

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 20,6 milhões no 4T13, um acréscimo de 4,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação está principalmente relacionada ao aumento nas despesas com previdência privada decorrente da redução na taxa de desconto para a mensuração do passivo atuarial e da utilização desta mesma taxa de desconto para o cálculo da estimativa do retorno dos ativos, conforme Deliberação CVM n.º 695/2012.

Em 2013, os custos com pessoal totalizaram R\$ 80,7 milhões, um aumento de 3,4% em relação ao mesmo período de 2012, explicado, sobretudo, pelo aumento nas despesas com previdência privada.

Material e serviços de terceiros

Na comparação entre 4T13 e 4T12, os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 38,8 milhões no 4T13, um incremento de 52,8% em relação ao 4T12. Essa variação é principalmente relacionada:

- (i) às ações ambientais de revegetação das margens dos reservatórios, de reflorestamento e de recuperação de erosão no valor de ~R\$ 4,6 milhões, relacionadas a novas compensações ambientais previstas na renovação das licenças das usinas em 2013;
- (ii) às ações de recuperação de pavimentação e substituição do sistema de alimentação de água das usinas de Água Vermelha e Promissão, dado desgaste natural e ações de dragagem nas PCHs no valor de ~R\$ 3,4 milhões; e,
- (iii) às ações de manutenção nas eclusas de parte das usinas no valor de R\$ 2,9 milhões, dado ações de mobilização para a realização da manutenção bianual das eclusas.

Em 2013, os custos com material e serviços de terceiros totalizaram R\$ 97,3 milhões, 6,6% superiores ao ano de 2012, devido, principalmente, às ações ambientais e de substituição do sistema de água das usinas de Água Vermelha e Promissão, mencionadas acima, e ações na área de tecnologia de informação. Tais custos foram compensados pela realização, em 2012, das manutenções bianuais nas usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, que frente aos custos de manutenções dessas mesmas eclusas em 2013, representaram uma redução de R\$6,0 milhões.

Provisões Operacionais e Outras Despesas/ Receitas Operacionais

R\$ mil	4T12	4T13	Var (%)	2012	2013	Var (%)
Outras despesas (receitas) operacionais	11.766	11.881	1,0%	19.906	24.158	21,4%
Provisões Operacionais	473	7.602	1507,2%	1.810	6.177	241,3%
TOTAL	12.239	19.483	59,2%	21.716	30.335	39,7%

No 4T13, as provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 18,3 milhões, ante R\$ 12,1 milhões no 4T12. Essa variação está principalmente relacionada:

- (i) à decisão da Companhia em provisionar R\$ 6,4 milhões relativo ao atendimento dos requisitos de licenciamento ambiental das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita, que se referem a um convênio celebrado em 2002 pela Companhia e pelo IBAMA (atualmente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). Esse valor é aplicado em unidades de conservação, mediante solicitação das mesmas. A última requisição se deu em 2012 e a Companhia decidiu por provisionar o valor residual até o seu pagamento total; e,
- (ii) o incremento nas provisões trabalhistas no valor de R\$ 1,1 milhões.

No ano de 2013, os gastos com provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais aumentaram 40,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é resultado:

- (i) provisão relativa ao acordo com o ICMBio conforme explicado anteriormente; e,
- (ii) venda da PCH Minas em agosto de 2012, gerando um efeito positivo de R\$ 4,7 milhões em 2012 ante 2013; parcialmente compensado:
- (iii) reversão de PCLD no valor de R\$ 1,7 milhão, em virtude do recebimento de parte do valor devido pela massa falida do Banco Santos, em janeiro de 2013.

Adicionalmente, no ano de 2013 destaca-se o recebimento da indenização de seguros da usina de Nova Avanhandava no valor de R\$ 4,3 milhões, referente a um sinistro verificado em 2010 e a economia de R\$ 0,4 milhões no processo de renegociação dos seguros da Companhia concluído no ano de 2013. Estes efeitos, no entanto, foram compensados pelo recebimento em 2012 de uma indenização de um sinistro na usina de Nova Avanhandava, no valor de R\$ 5,2 milhões, também ocorrido em 2010.

Custos não gerenciáveis

Compõem o grupo custos não gerenciáveis custos com Entidade de Previdência Privada, Provisões operacionais e contingências, Ganhos e Perdas com venda de ativos, recuperação de seguros e Normalização das manutenções bianuais das eclusas.

O processo de Normalização das manutenções bianuais das eclusas refere-se a um ajuste gerencial realizado no ano de 2012 e 2013 com o objetivo de normalizar o custo destas manutenções que ocorrem a cada um destes anos. No caso de 2013, buscando uniformizar os impactos nos resultados da Companhia, o ajuste gerencial refere-se a apropriação do custo auferido em 2012.

A variação apresentada no 4T13 versus 4T12 e no 2013 versus 2012 estão principalmente relacionados ao incremento das despesas com Previdência Privada e Provisões operacionais e contingências, conforme anteriormente citado, compensados pelo ganho auferido em 2012 com a venda da PCH Minas no valor de R\$4,7 milhões.

Programa de Revisão de custos da Companhia

Em 2014 a Companhia continuará a intensificar as suas ações de revisão de seus custos gerenciáveis por meio da otimização de seus processos e aporte de tecnologia. A Companhia trabalhará para crescimento zero, em termos nominais, dos custos gerenciáveis apresentados no ano de 2013. As principais iniciativas desse programa de revisão de custos estarão centradas: (i) melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas, (ii) internalização do processo de gestão de seus reservatórios e (iii) reavaliação dos custos administrativos, por meio da redução do grupo serviços de terceiros.

Neste sentido, a Companhia prevê, para 2014, crescimento zero dos custos gerenciáveis, em termos nominais.

Práticas/ Diretrizes

A Companhia acredita que as práticas e diretrizes definidas em sua Política de Gestão de Ativos, centradas em processos/ procedimentos da certificação internacional PAS 55, que visam a adoção de melhores práticas na gestão dos ativos, centralizando esforços, principalmente, para o desempenho, o risco e o custo dos ativos físicos da Companhia, permitirão melhorias nos processos de operação e manutenção (O&M) das usinas e eclusas e no processo de gestão de seus reservatórios, por meio da internalização desse processo.

O plano de investimento da Companhia, iniciado em 2010, também terá um importante papel no Programa de Revisão de custos da Companhia, uma vez que os investimentos realizados e previstos em modernização e automação de seu parque gerador, permitirão ganhos de eficiência nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas.

Adicionalmente, um programa com foco em Melhoria Continua e otimização de processos, permitirá que a Companhia reduza seus custos administrativos no grupo serviços de terceiros.

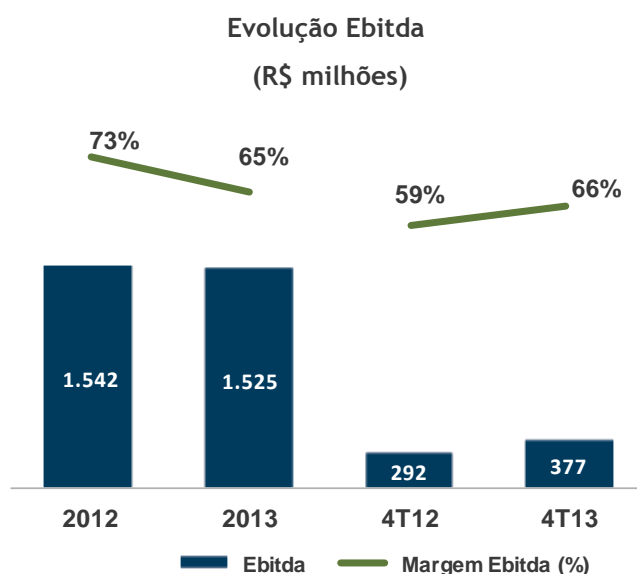
EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 377,4 milhões no 4T13, com margem de 65,5%, um incremento de 29,2% em relação ao valor verificado no 4T12 (R\$ 292,1 milhões). Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) impacto positivo de R\$ 34,5 milhões na receita bruta com a AES Eletropaulo, em função do aumento do preço médio do contrato (R\$ 194,19/MWh no 4T13 *versus* R\$ 182,66/MWh no 4T12) e da sazonalização do contrato no período;
- (ii) impacto positivo líquido de R\$ 79,5 milhões no custo devido à maior compra de energia no mercado *spot* e outros custos CCEE no 4T12, principalmente relacionado ao rebaixamento da garantia física do SIN e a variação negativa do preço *spot* nesse trimestre (R\$ 293,95/MWh no 4T13 *versus* R\$ 304,4/MWh no 4T12); compensados pelo:

- (iii) aumento dos custos gerenciáveis relacionados a ações ambientais, de manutenção e recuperação das usinas no valor de R\$ 17,3 milhões no período.

Em 2013, o Ebitda da Companhia registrou R\$ 1.525,5 milhões (versus R\$ 1.542,4 milhões em 2012). A pequena variação de 1,1% está principalmente relacionada ao efeito positivo de R\$ 105,4 milhões do aumento do preço médio do contrato com a AES Eletropaulo, que parcialmente compensou o maior custo com compra de energia no mercado spot no valor de R\$ 125,9 milhões associado à exposição gerada pelo rebaixamento da garantia física da Companhia no SIN, no primeiro semestre de 2013, e a maior indisponibilidade das unidades geradoras em relação aos padrões estabelecidos pelo ONS.



RESULTADO FINANCEIRO

No 4T13, o resultado financeiro líquido registrado pela Companhia foi uma despesa de R\$ 13,1 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 4,0 milhões, registrada no 4T12. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento dos encargos financeiros dado o aumento do saldo da dívida da Companhia.

Em 2013 o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 51,4 milhões, 21,6% superior ao resultado apresentado em 2012 (R\$42,3 milhões). Essa variação está principalmente relacionada ao aumento dos encargos financeiros da dívida da Companhia exposto acima.

R\$ mil	4T12	4T13	Var (%) 4T13 X 4T12	2012	2013	Var (%) 2013 X 2012
Receitas Financeiras	7.553	11.016	45,8%	34.075	36.170	6,1%
Despesas Financeiras	(11.543)	(24.110)	108,9%	(76.377)	(87.595)	14,7%
Despesas Financeiras	(15.335)	(21.664)	41,3%	(75.885)	(81.397)	7,3%
Variações Monetárias	3.792	(2.446)	-164,5%	(492)	(6.198)	1159,8%
Resultado Financeiro	(3.990)	(13.094)	228,2%	(42.302)	(51.425)	21,6%

Receitas Financeiras

No 4T13 as receitas financeiras apresentaram um acréscimo de 45,8% em relação ao 4T12. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento no saldo médio de aplicações financeiras no 4T13 frente ao 4T12 (R\$ 473,1 milhões versus R\$ 433,2 milhões, respectivamente) e pelo aumento do CDI médio (9,24% em 4T13 versus 7,14% em 4T12).

Em 31 de dezembro de 2013, as disponibilidades e aplicações financeiras da AES Tietê somavam R\$ 456,7 milhões ante R\$ 396,9 milhões na mesma data de 2012. Tais disponibilidades foram aplicadas em operações de curto prazo, com rentabilidade média em torno de 101,4% do CDI no 4T13, comparadas à rentabilidade média de 101,6% do CDI no 4T12. No ano de 2013, a rentabilidade média foi de 100,2% do CDI versus 101,8% do CDI em 2012.

Em 2013, as receitas financeiras apresentaram um acréscimo de 6,1% em relação a 2012. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento no saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 439,5 milhões em 2013 versus R\$ 388,6 milhões em 2012); parcialmente compensado pela redução do CDI médio (8,0% a.a. em 2013 comparado a 8,4% a.a. em 2012).

Despesas Financeiras e Variações Monetárias

As despesas financeiras e variações monetárias somaram R\$ 24,1 milhões no 4T13, montante 108,9% superior ao registrado no 4T12 (R\$ 11,5 milhões). Tal variação é explicada pela:

- (i) elevação dos encargos financeiros (R\$ 28,2 milhões no 4T13 versus R\$ 18,0 milhões no 4T12) devido ao maior saldo da dívida (R\$ 1.116,7 milhões no 4T13 versus R\$ 920,1 milhões no 4T12) e a elevação do CDI médio no período; e
- (ii) acréscimo de R\$ 6,2 milhões relacionado à variação de R\$ 2,0 milhões no grupo de cauções e depósitos vinculados e à atualizações em processo judicial que discute a obrigatoriedade da Companhia em efetuar compra de energia oriunda de Itaipú (R\$ 1,3 milhões) e ; parcialmente compensados pelo:
- (iii) aumento dos juros capitalizados no valor de R\$ 3,8 milhão em relação ao 4T12 associado ao incremento na base de ativos imobilizados em curso, considerando o plano de manutenção e modernização das usinas no ano de 2013.

Em 2013 as despesas financeiras e variações monetárias totalizaram R\$ 87,6 milhões, um incremento de 14,7% ou R\$ 11,2 milhões em relação ao ano de 2012 (R\$ 76,4 milhões). Essa variação é resultado:

- (i) do aumento dos encargos financeiros (R\$ 97,5 milhões em 2013 versus R\$ 86,4 milhões em 2012) devido ao maior saldo da dívida (R\$ 1.116,7 milhões em 2013 ante R\$ 920,1 milhões em 2012);
- (ii) incremento de R\$ 5,7 milhões no grupo variações monetárias, devido a correções e atualizações no processo de Itaipú e no grupo de cauções e depósitos vinculados; parcialmente compensados pelo:
- (iii) aumento dos juros capitalizados no valor de R\$ 5,5 milhão em relação a 2012 associado ao incremento na base de ativos imobilizados em curso, conforme anteriormente mencionado; e,
- (iv) redução do CDI médio (8,0% a.a. em 2012 versus 8,4% a.a. em 2012).

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido auferido pela AES Tietê no 4T13 foi de R\$ 230,0 milhões, 26,9% superior ao resultado obtido no 4T12 (R\$ 181,5 milhões). Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores:

- (i) R\$ 34,5 milhões devido ao aumento do preço médio do contrato com a AES Eletropaulo e a sazonalização do mesmo no período;

- (ii) redução de R\$79,5 milhões no custo com compra de energia no mercado *spot* devido ao rebaixamento da garantia física do SIN no 4T12 e a menor preço médio no mercado *spot* (R\$ 293,95/MWh no 4T13 versus R\$ 304,4/MWh no 4T12); parcialmente compensados:
- (iii) pelo aumento dos custos gerenciáveis relacionados a ações ambientais, de manutenção e recuperação das usinas que totalizaram uma variação de R\$ 17,2 milhões no período.

O lucro líquido auferido pela AES Tietê em 2013 foi de R\$ 881,4 milhões, 2,2% inferior ao obtido em 2012. O resultado foi influenciado pelo reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo, redução nos encargos de conexão e transmissão e nas despesas com CFURH, compensado pelo efeito líquido negativo com energia no mercado *spot* devido ao rebaixamento da garantia física no SIN no primeiro semestre de 2013 e a indisponibilidade das unidades geradoras.

PROVENTOS

A Administração da AES Tietê propõe a distribuição integral da base para pagamento de dividendos (R\$ 952,7 milhões) no ano de 2013, correspondentes a 108,1% do lucro líquido do ano. Essa destinação será submetida à aprovação da Assembleia Geral, a ser realizada no dia 04 de abril de 2014, quando ocorrerão: (i) a ratificação dos juros sobre o capital próprio deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2013, além da definição da efetiva data para pagamento; (ii) a ratificação dos dividendos intermediários, referentes ao 1T13, 2T13 e 3T13, pagos em 27 de maio de 2013, 25 de setembro de 2013 e 25 de novembro de 2013, respectivamente, no total de R\$ 704,3 milhões; e (iii) a aprovação da proposta de dividendos complementares, referentes ao resultado de 2013.

O montante de dividendos complementares propostos pela Administração da Companhia é de R\$ 226,1 milhões, sendo R\$ 0,57 por ação ON e R\$ 0,62 por ação PN.

Dividendos 2013 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2012	881,4
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	70,7
Dividendos e JSCP prescritos	0,7
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	952,7
Dividendos Intermediários já distribuídos	704,3
Juros sobre Capital Próprio já destinados - 31/12/2013	22,4
Dividendos Complementares Propostos	226,1

Considerando o preço médio ponderado das ações ordinárias (R\$ 18,56) e preferenciais (R\$ 20,20) no 4T13, o *dividend yield* do período é de 3,1% para as duas espécies de ações.

Para o ano o *dividend yield* foi de 12,4% para as ações ordinárias e 12,6% para as ações preferenciais.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta da AES Tietê totalizava R\$ 1.116,7 milhões, 21% superior à posição da dívida bruta na mesma data de 2012 (R\$ 920,1 milhões), em função, principalmente, da 2ª emissão de debêntures em 15 de maio de 2013, com prazo de vencimento de seis anos. Parte dos recursos obtidos com essa emissão foram utilizados na amortização de debêntures da 1ª emissão da Companhia.

em R\$ milhões			
Debêntures	Montante	Vencimento	Custo Nominal
1ª emissão	614,5	04/2015	CDI + 1,20% a.a.
2ª emissão	501,9	05/2019	CDI + 0,79% a.a.

No encerramento do 4T13, as disponibilidades somavam R\$ 456,7 milhões, montante R\$ 59,8 milhões superior ao saldo registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 396,9 milhões), devido, principalmente, à 2ª emissão de debêntures da Companhia.

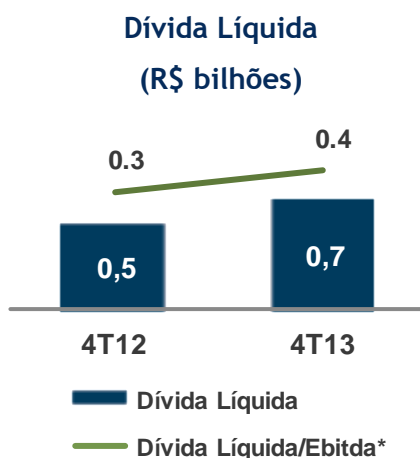
Já a dívida líquida, ao final do 4T13, era de R\$ 659,9 milhões, montante 26% superior na comparação com o 4T12, em função do aumento da dívida bruta, conforme explicado acima.

Covenants

A 1ª emissão de debêntures da Companhia possui *covenant* financeiro que considera o índice Dívida Bruta pelo Ebitda Ajustado², que não pode ser igual ou superior a 2,5x. Esse índice encerrou o trimestre em 0,7x, dentro do limite estabelecido.

Já o *covenant* da 2ª emissão de debêntures considera o índice Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado, que não pode ser igual ou superior a 3,5x. O índice Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado² encerrou o trimestre em 0,4x, dentro do limite estabelecido.

Ambas as emissões também consideram um *covenant* de cobertura de juros (Ebitda Ajustado pelas Despesas Financeiras), que não pode ser inferior a 1,75x. Ao final do 4T13, esse indicador estava em 16,4x.



*Conforme estabelecido na 2ª emissão de debêntures

INVESTIMENTOS

No 4T13, os investimentos da AES Tietê somaram R\$ 93,4 milhões, valor 41% acima do montante total investido no 4T12 (R\$ 66,4 milhões). Desse total, R\$ 83,8 milhões foram destinados à modernização e manutenção preventiva das usinas, com destaque para Água Vermelha (R\$ 24,2 milhões), Barra Bonita (R\$ 13,7 milhões), Bariri (R\$ 8,6 milhões), Promissão (R\$ 8,5 milhões), Ibitinga (R\$ 5,9 milhões), Limoeiro (R\$ 4,6 milhões) e Nova Avanhandava (R\$ 4,3 milhões).

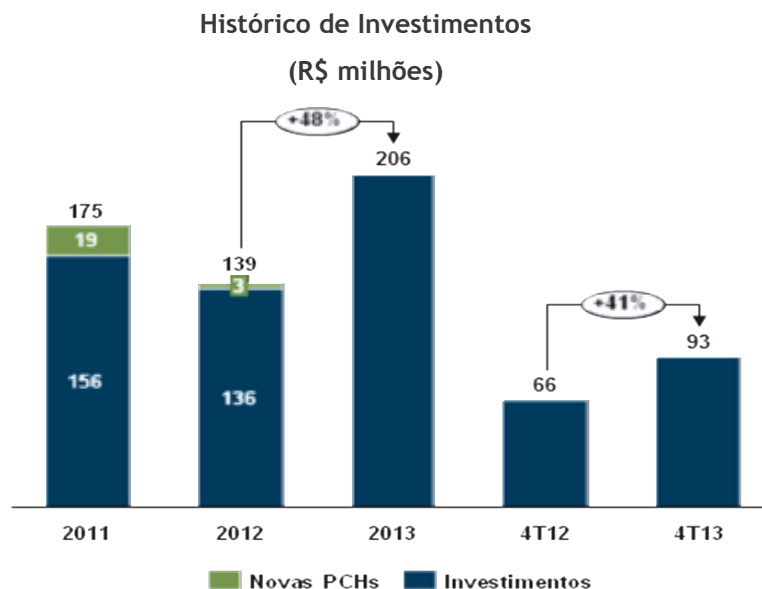
² Ebitda Ajustado - O Ebitda é ajustado (i) pelas despesas/receitas financeiras e (ii) pelos valores de depreciação e amortização para melhor refletir a geração de caixa operacional da Companhia

² Idem ao anterior

Em 2013, a AES Tietê investiu R\$ 205,9 milhões, montante 48% superior ao valor investido em 2012 (R\$ 139,0 milhões).

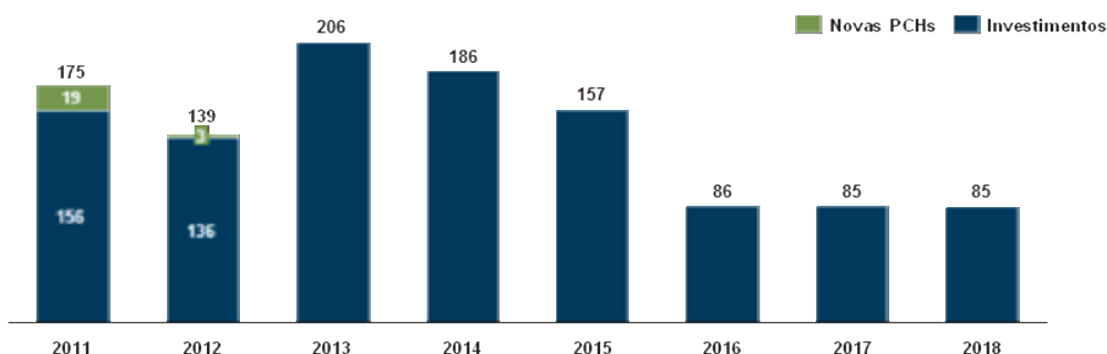
Os investimentos realizados no ano de 2013 foram principalmente direcionados à modernização e manutenção preventiva do parque gerador da Companhia. A decisão da Companhia pela realização destes investimentos visa à melhoria das suas condições operacionais e assegura a disponibilidade de seu parque gerador, resultando em ganhos de produtividade, eficiência e maior geração de receita nos próximos anos.

A variação entre a projeção de investimentos para o ano de 2013, atualizada no terceiro trimestre de 2013 para R\$201,7 milhões, e o realizado de R\$ 205,9 milhões está principalmente relacionada à variação do grupo juros capitalizados (R\$12,8 milhões no terceiro trimestre de 2013 versus R\$17,7 milhões no quarto trimestre de 2013), que representam a agregação no custo do ativo imobilizado em curso, dos juros incorridos sobre o capital de terceiro. A variação nesse grupo de juros capitalizados está associada ao aumento na base de ativos imobilizados em curso, dado o processo de modernização e manutenção preventiva das usinas.



Para o ciclo 2014-2018, a Companhia prevê um plano de investimentos na ordem de R\$ 600 milhões, focado nas ações de modernização e manutenção de suas usinas hidrelétricas. Essas ações de modernização da Companhia estarão concentradas no período de 2014 até 2015. As demais intervenções necessárias serão realizadas ao longo do período de 2016 até 2022.

Histórico e Projeção de Investimentos (R\$ milhões)



FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

R\$ Milhões	4T12	4T13	2012	2013
SALDO DE CAIXA INICIAL	392,4	436,8	441,8	396,9
Geração Operacional de Caixa	359,0	400,1	1.638,3	1.486,1
Investimentos	(63,5)	(86,6)	(126,8)	(188,2)
Despesas Financeiras Líquidas	(19,2)	(31,6)	(68,9)	(62,2)
Amortização Líquida	-	-	-	192,3
Imposto de Renda	(18,3)	(19,7)	(436,6)	(460,2)
Caixa Livre	258,1	262,2	1.006,1	967,8
Dividendos e JSCP	(253,6)	(242,2)	(1.051,0)	(907,9)
SALDO DE CAIXA CONSOLIDADO	396,9	456,7	396,9	456,7

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gerenciamento de caixa e pode apresentar algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis, os quais adotam o regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

Destaques 4T13 x 4T12

O fluxo de caixa livre totalizou R\$ 262,2 milhões no 4T13, montante 1,6% (R\$ 4,1 milhões) superior ao registrado no 4T12. Esse desempenho ocorreu em função:

- (i) do incremento de R\$ 41,0 milhões na geração de caixa operacional (R\$ 400,1 milhões no 4T13 ante R\$ 359,0 milhões no 4T12) explicada, principalmente, pela maior receita com venda de energia no mercado spot e com a AES Eletropaulo; parcialmente compensado pelo:
- (ii) maior volume de investimentos (R\$ 86,6 milhões no 4T13 versus R\$ 63,5 milhões no 4T12, em função do maior volume de recursos destinados à manutenção e modernização das usinas da AES Tietê; e
- (iii) maior volume de despesa financeira líquida (R\$ 31,6 milhões no 4T13 versus R\$ 19,2 milhões no 4T12), relacionada ao aumento do pagamento do serviço das dívidas da Companhia, dado pagamento de juros da segunda emissão de debêntures, realizado no mês de novembro de 2013, no valor de R\$ 23,4 milhões.

Destaques 2013 x 2012

O fluxo de caixa livre em 2013 totalizou R\$ 967,8 milhões, 3,8% inferior ao valor realizado em 2012 (R\$ 1.006,1 milhões). Esse desempenho ocorreu em função:

- (i) da redução de R\$ 152,2 milhões na geração de caixa operacional explicada, principalmente, pelo aumento dos custos com compra de energia, devido ao aumento no volume de energia comprada no mercado spot, ocasionado pelo rebaixamento da garantia física resultante das condições hidrológicas do 1S13, combinado ao maior preço *spot* verificado no período (R\$ 263,1/MWh em 2013 versus R\$ 166,7/MWh em 2012); e
- (ii) do aumento de 48,5% no volume de investimentos (R\$ 188,2 milhões em 2013) versus R\$ 126,8 milhões em 2012), em função de um maior volume de recursos destinados à manutenção e modernização das usinas; parcialmente compensado pela:
- (iii) variação positiva de R\$ 192,3 milhões das amortizações *líquidas entre* os períodos, principalmente em função da 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 498,0 milhões, utilizada para financiar a amortização da primeira parcela da 1ª emissão de debêntures (R\$ 300 milhões).

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração (“Obrigação de Expansão”) em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão (“Contrato de Concessão”), ocorrida em dezembro de 1999.

Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias desde a privatização, em especial a criação do Novo Modelo do Setor Elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004 (“Novo Modelo do Setor”), que tornaram inviável o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal como originalmente concebida.

Com o Novo Modelo do Setor, a AES Tietê passou a estar sujeita às restrições para a comercialização de energia elétrica, pois a Companhia foi impedida de negociar contratos diretamente com as distribuidoras, que, por sua vez, foram obrigadas a adquirir energia por meio de leilões de energia nova, o que dificultou o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio da contratação de energia elétrica de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Existem ainda restrições regionais, como o volume de recursos hídricos e eólicos disponíveis no Estado de São Paulo para projetos de geração de energia, que impedem o desenvolvimento de projetos competitivos frente a outros estados do País.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão.

A AES Tietê apresentou o projeto “Termo São Paulo”, detalhado a seguir.

Em 06 de dezembro de 2012, foi anexada ao processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela AES Tietê (“Termo São Paulo”), no qual se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobras, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação. O juízo de 1ª instância determinou que a AES Tietê se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação.

Em 10 de junho de 2013, a AES Tietê: (i) apresentou seus comentários sobre as considerações do Estado de São Paulo; (ii) apresentou laudo pericial elaborado pela PSR (consultoria especializada no setor elétrico brasileiro), relativo às dificuldades de cumprimento da sua obrigação de expansão de capacidade, e (iii) informou seu interesse em uma audiência de conciliação.

Em agosto de 2013, as partes foram intimadas sobre a designação de Audiência de Conciliação para o dia 09 de outubro de 2013. A Audiência de Conciliação foi realizada, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo até o dia 09 de dezembro de 2013 para que as partes estudassem alternativas para expandir a capacidade de geração da AES Tietê, que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo pela Companhia, qual seja, o Projeto Termo São Paulo.

Entre outubro e dezembro de 2013, a AES Tietê e o Estado de São Paulo se reuniram algumas vezes para discutir o potencial energético de diferentes fontes e estudar alternativas.

Considerando a continuidade do processo na esfera judicial, a qualquer momento, as partes poderão ser questionadas pelo juiz a respeito do andamento das tratativas entre elas, bem como sobre as alternativas estudadas. Considerando as discussões sobre as alternativas em curso com o Estado de São Paulo, a AES Tietê informará ao juiz sobre a evolução dos entendimentos com o Estado.

Importante ressaltar que o único compromisso assumido pela AES Tietê durante este período de suspensão do processo foi o de discutir alternativas ao Projeto Termo São Paulo. No entanto, a AES Tietê acredita e trabalha no sentido de encontrar uma solução negociada junto ao Estado, mas caso a mesma não possa ser alcançada, seguirá com sua defesa fundamentada no processo judicial em curso.

Esforços em andamento para cumprimento da Obrigação de Expansão

Para cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia está desenvolvendo um novo projeto para construção de uma termelétrica a gás natural, com capacidade líquida de geração de aproximadamente 503 MW (“Projeto Termo São Paulo”). Em novembro de 2009, foi definida a localização da planta e, em agosto de 2010, concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica, que indica a viabilidade do projeto e sinaliza a continuidade das ações de seu desenvolvimento.

Em janeiro de 2011, a AES Tietê protocolou na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e, em maio, participou da audiência pública realizada na cidade de Canas, visando à obtenção da Licença Ambiental Prévia (LP). No dia 18 de agosto de 2011, no município de Lorena, foi realizada audiência pública para complementar o processo de obtenção da licença. Em 20 de outubro de 2011, a Licença Prévia para construção da usina termelétrica no município de Canas foi emitida pela CETESB.

A Companhia tem projetos térmicos a gás natural aptos a participar dos leilões regulados desde 2011. Entretanto, devido à decisão da Petrobras de não entregar uma proposta vinculante de contrato de fornecimento de gás para projetos térmicos, incluindo o projeto Termo São Paulo, não foi possível participar desses certames promovidos nos últimos três anos.

Apesar deste entrave, a Companhia continua trabalhando para viabilizar o projeto Termo São Paulo. A prioridade hoje é resolver a questão do gás para que a Companhia possa participar dos leilões no mercado regulado. Para tanto, a Companhia vem mantendo entendimentos com o Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e Petrobras para viabilizar o fornecimento de gás.

Além do projeto Termo São Paulo, a Companhia adquiriu a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Contribuem para o cumprimento da meta da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia proveniente de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

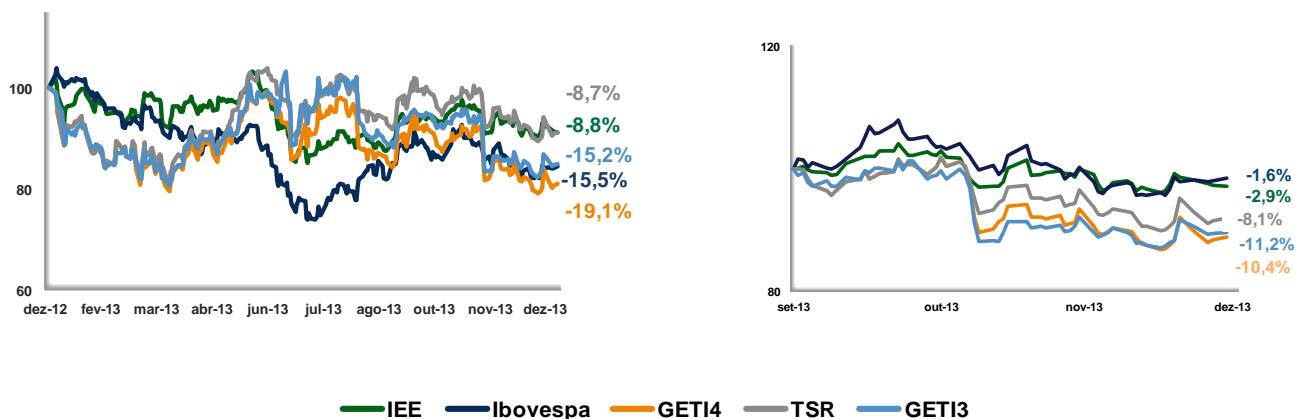
As ações preferenciais e ordinárias da AES Tietê encerraram o mês de dezembro cotadas a R\$ 19,09 e R\$ 17,80, respectivamente. No trimestre, as ações preferenciais tiveram variação negativa de 11,2% e as ordinárias desvalorizaram 10,4%. No mesmo período, o Ibovespa e o IEE registraram quedas de 1,6% e 2,9%, respectivamente, enquanto o TSR (índice que indica o total de retorno ao acionista das ações preferenciais) apresentou desvalorização de 8,1%. O desempenho negativo no ano é reflexo da reação do mercado diante o programa de redução de custos de energia, anunciado em setembro de 2012 além do rebaixamento da garantia física no primeiro semestre de 2013 devido as condições hidrológicas desfavoráveis, que também gerou efeito adverso nas ações do setor elétrico.

Os papéis da Companhia foram negociados em 100% dos pregões da BM&FBovespa durante o 4º trimestre de 2013. Os dados de liquidez mostram a realização de 40 mil negócios envolvendo ações ordinárias no período (decréscimo de 18,7% sobre o 3T13), movimentando aproximadamente 12 milhões de ações; e 128,3 mil negócios envolvendo ações preferenciais no período (volume 26,5% inferior ao registrado no 3T13), movimentando aproximadamente 34,3 milhões de ações.

Ao longo de 2013 foram realizados 707.133 negócios, sendo 515.683 envolvendo ações preferenciais (6,4% abaixo do total das ações preferenciais negociadas em 2012), enquanto foram observadas 191.450 negociações com ações ordinárias da Companhia, 6,0% abaixo do total registrado em 2012. Em 28 de dezembro de 2013, o valor de mercado da AES Tietê era de R\$ 7,0 bilhões.

AES Tietê x Ibovespa x IEE x TSR¹

Base 100



1 - Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista
(Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período)

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Cia Brasileira de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.111	32,3%	200.330.020	52,5%
Centrais Elétricas Bras. S.A - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222	7,9%
Outros (Free Float)	56.427.768	28,6%	94.237.483	51,3%	150.665.251	39,5%
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493	100,0%

em 31/12/2013

PLATAFORMA DE SUSTENTABILIDADE

Entre os resultados socioambientais da AES Tietê em 2013, destacam-se a não existência de acidente com colaboradores próprios e terceirizados e com a população; o aumento de 4 p.p. no índice de satisfação no ambiente de trabalho; o aumento de 18,2% no número de beneficiados pelos projetos sociais da Companhia e o aumento de 10 p.p. na reciclagem dos resíduos gerados.

Segurança

A segurança dos colaboradores e da população é o valor número 1 da AES Tietê. Para tanto, a Companhia mantém um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO), certificado externamente, que tem como objetivo antecipar riscos e garantir a integridade física de sua força de trabalho. Desse modo, a Companhia potencializa seus investimentos em treinamento profissional, reduz sua exposição ao risco de falta de mão de obra qualificada e maximiza os resultados para proporcionar mais segurança às comunidades do entorno dos reservatórios.

Em 2013, a Companhia manteve o foco na prevenção de acidentes com a força de trabalho, encerrando o ano com 5.055 ações entre inspeções e caminhadas de segurança, o equivalente a mais de 14 eventos por dia no período. O esforço proativo para prevenção de acidentes foi efetivo e, por meio de preleções semanais de segurança, 100% da força de trabalho operacional foi continuamente treinada. Nesse contexto, destaca-se a não ocorrência de acidente com afastamento com colaboradores próprios e contratados no período.

Com relação à segurança com a população, desde fevereiro de 2009 não ocorrem acidentes nas áreas sob responsabilidade da Companhia.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

O engajamento das comunidades no entorno de suas operações faz parte da estratégia de atuação da AES Tietê. Desse modo, por meio de recursos próprios e incentivados, a Companhia investe continuamente em projetos que proporcionem acesso à educação, cultura, esporte e à capacitação profissional inclusiva.

As atividades de 2013 foram viabilizadas pelo investimento de R\$ 12,6 milhões, sendo R\$ 1,9 milhão com recursos próprios e R\$ 10,7 milhões com recursos incentivados.

A Casa de Cultura e Cidadania, com quatro unidades mantidas pela AES Tietê, foi o principal beneficiário dos investimentos que resultaram no atendimento a 175,5 mil pessoas em 2013 por meio de cursos de cultura e esporte, espetáculos e apresentações artísticas.

Desenvolvimento e Valorização de Colaboradores

A Companhia tem o compromisso de atrair, desenvolver e reter talentos. Para isso, busca proporcionar um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem os compromissos assumidos com seus colaboradores.

Em novembro de 2013, a Companhia realizou mais uma edição de sua Pesquisa de Clima, avaliação que abrange todos os colaboradores e apresenta o índice de satisfação interna no ambiente de trabalho. O resultado de 2013 foi de 78% de satisfação dos colaboradores da AES Tietê, mantendo-se estável em relação ao ano anterior.

Geração de Energia Sustentável

Para a AES Tietê, gerar energia sustentável significa incentivar o uso de fontes alternativas e renováveis ao mesmo tempo em que se busca garantir capacidade de geração de maneira eficaz, com uso eficiente de recursos e mitigação de riscos operacionais.

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) focados em geração de energia sustentável totalizaram R\$ 1,8 milhão. Esse montante representa 18,2% do investimento total em P&D (R\$ 10,24 milhões).

De forma complementar, para agilizar e garantir mais precisão no monitoramento de ocupação de bordas de reservatórios, a AES Tietê investiu R\$ 200 mil em um Drone, um pequeno avião não tripulado e controlado à distância por meio de telecomando. Com esse equipamento, é possível, por exemplo, reduzir de uma semana para dois dias o tempo para concluir um relatório de ocupação irregular nas bordas de seus reservatórios. Com isso, a Companhia ganha agilidade na identificação das irregularidades e possibilita a tomada de ações preventivas para a minimização dos riscos ambientais e patrimoniais.

Uso Eficiente dos Recursos Naturais

A Companhia conta com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado externamente, que tem como principais focos a prevenção, a correção, a mitigação e o controle de impactos ambientais. O SGA expande as fronteiras da AES Tietê e trata de temas que envolvem gestão de fornecedores, bem como os impactos que as atividades causam nas comunidades do entorno, contribuindo para maior acuracidade nos controles e reduzindo a exposição da Companhia aos riscos operacionais inerentes à atividade. Em 2013, o investimento foi de R\$ 12,7 milhões frente a R\$ 10,7 milhões em 2012.

A gestão de resíduos sólidos na AES Tietê resultou na reciclagem ou reaproveitamento de 95,0% do total de resíduos gerados pela companhia em 2013 (297,8 toneladas) frente a 85,0% em 2012. O resultado contribui não só para a mitigação dos impactos das atividades da Companhia, como também para o atendimento ao compromisso de aumentar reciclagem de resíduos e reduzir o envio para aterros sanitários.

O consumo de água na Companhia foi 12,5% menor em 2013 em relação a 2012. As ações de combate ao desperdício e promoção do uso racional e eficiente resultaram no consumo de 50,4 mil m³ de água em 2013 frente a 57,7 mil m³ em relação ao ano anterior.

As emissões de CO₂ totalizaram o equivalente a 884 tCO₂, superando a meta estabelecida para o período. Tal resultado reflete o aumento do fator de emissão do Sistema Interligado Nacional, o qual passou de 0,0653 tCO₂/MWh em 2012 para 0,0960 tCO₂/MWh em 2013.

Indicadores 2012 X 2013

Compromisso/Indicador	Resultados			
	2012	2013	Meta	Status 2013
SEGURANÇA				
Nº total de acidentes fatais	0	0	0	
Taxa de Frequência (TF) Próprios	0	0	0	
Taxa de Frequência (TF) Contratados	4.81	5.05	5.11	
Taxa de Gravidade (TG) Próprios	0	0	0	
Taxa de Gravidade (TG) Contratados	0	0	0	
Nº total de acidentes com população (inclui fatais)	0	0	0	
GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL				
Capacidade instalada adicionada ou em construção (MW)	ND	ND	3,000	
EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS				
NATURAIS				
Resíduos reciclados e/ou reaproveitados / Quantidade de resíduos gerados (%)	85.0%	95.0%	10.0%	
Emissões de CO2 diretas e indiretas - Perdas e Combustíveis - (tCO2e)	621	884	154	
ENERGÉTICOS				
Consumo próprio de energia elétrica (MWh)	25,189	26,962	25,247	
DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO				
COLABORADORES				
Taxa de rotatividade voluntária – col. próprios (%)	6.04%	5.33%	ND	-
COMUNIDADES				
Nº de beneficiados pelos projetos sociais (mil)	148.5	175.5	148.5	

dentro/acima do esperado para o ano

abaixo do esperado para o ano (plano de ação em implantação)

ND = meta a ser definida

CONTATOS:

Clarissa Sadock
Diretora de Relações com Investidores
clarissa.sadock@aes.com
Tel.: (11) 2195-7048

Gerente de RI	E-mail	Telefone
Lina Paolone Gallo	lina.gallo@aes.com	(11) 2195-2097
Analistas de RI	E-mail	Telefone
Isabela Klemes Taveira	isabela.taveira@aes.com	(11) 2195-2212
Thatiana Santos Zago	thatiana.zago@aes.com	(11) 2195-2681
Gabriela Rigo Bussotti	gabriela.bussoti@aes.com	(11) 2195-7433
www.aestiete.com.br/ri		ri.aestiete@aes.com

A AES TIETÊ CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor Presidente

Gustavo Pimenta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014

HORÁRIO: 11h00 (BR) / 9h00 am (EDT)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6341
- **EUA:** (+1) 888 700-0802
- **Outros países:** (+1) 786 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Tietê

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO PORTUGUÊS: 2530233#

CÓDIGO INGLÊS: 9078027#

DISPONIBILIDADE: 26/02/2014 até 04/03/2014

Os *slides* da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* no *website* www.aestiete.com.br/ri.

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo *website*, em que ficará disponível após o evento.

Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

ANEXOS - DADOS CONSOLIDADOS - R\$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	30.09.2013	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE	795.809	763.873
DISPONIBILIDADES	436.758	456.727
Caixa e bancos	384.705	348.307
Aplicações financeiras	52.053	108.420
CRÉDITOS	264.218	279.574
Revendedores	38.722	50.731
Outras contas a receber	224.086	228.354
Devedores diversos	1.410	489
OUTROS	94.833	27.572
Tributos e contribuições sociais	77.947	23.988
Tributos a recuperar	-	-
Outros créditos	12.745	1.505
Despesas pagas antecipadamente	4.141	2.079
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.259.563	3.309.392
Tributos e contribuições sociais diferidos	91.618	89.137
Outros tributos compensáveis	791	791
Cauções e depósitos vinculados	6.428	6.476
Outros créditos	12.609	12.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.609)	(12.609)
Imobilizado	3.099.158	3.133.481
Intangível	61.568	79.507
TOTAL DO ATIVO	4.055.372	4.073.265

CONSOLIDADO		
PASSIVO	30.09.2013	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE	839.078	892.752
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	386.707	320.167
Empréstimos e financiamentos	342.798	299.188
Encargos de dívidas	43.909	20.979
FORNECEDORES	77.173	105.190
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	366.714	396.434
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	2.667	21.438
PROVISÕES	21.035	22.104
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	10.310	10.937
Provisão para litígios e contingências	10.725	11.167
OUTRAS CONTAS A PAGAR	11.560	27.419
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.403.249	1.396.704
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	802.427	796.509
PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS	47.367	56.775
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	551.152	541.616
PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.340	1.362
OUTROS	963	442
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.813.045	1.783.809
Capital Social	207.227	207.227
Reservas de Capital	254.044	254.083
Reservas de Lucro - Legal	41.445	41.445
Ajuste de avaliação patrimonial	1.067.934	1.054.959
Dividendos adicionais propostos	-	-
Lucros acumulados	242.395	226.095
TOTAL DO PASSIVO	4.055.372	4.073.265

Demonstração dos Resultados	4T12	4T13	Var (%) 4T13 X 4T12	2012	2013	Var (%) 2013 X 2012
Receita Operacional Bruta	565.583	615.512	8,8%	2.228.816	2.478.064	11,2%
Suprimento e Transporte de Energia	520.887	613.484	17,8%	2.228.665	2.477.691	11,2%
Outras Receitas	85	4	-95,8%	151	373	146,7%
Deduções da Receita Operacional	(26.907)	(37.493)	39,3%	(116.381)	(141.132)	21,3%
Receita Operacional Líquida	493.980	575.995	16,6%	2.112.435	2.336.933	10,6%
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(244.957)	(239.019)	-2,4%	(732.635)	(974.758)	33,0%
Pessoal	(19.641)	(20.612)	4,9%	(78.046)	(80.687)	3,4%
Material	(1.417)	(2.869)	102,5%	(4.541)	(5.983)	31,8%
Serviços de Terceiros	(24.006)	(35.980)	49,9%	(86.658)	(91.280)	5,3%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(14.661)	(15.027)	2,5%	(68.354)	(61.521)	-10,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(100.990)	(79.069)	-21,7%	(196.591)	(443.464)	125,6%
Transmissão e Conexão	(27.307)	(23.854)	-12,6%	(107.303)	(91.063)	-15,1%
Depreciação e Amortização	(43.065)	(40.442)	-6,1%	(162.644)	(163.307)	0,4%
Provisões Operacionais	(473)	(7.602)	1507,2%	(1.810)	(6.177)	241,3%
Outras despesas (receitas) operacionais	(13.397)	(13.564)	1,2%	(26.688)	(31.276)	17,2%
Resultado do Serviço	249.023	336.976	35,3%	1.379.800	1.362.175	-1,3%
EBITDA	292.088	377.418	29,2%	1.542.444	1.525.482	-1,1%
Receita (Despesa) Financeira	(3.990)	(13.094)	228,2%	(42.302)	(51.425)	21,6%
Receitas Financeiras	7.553	11.016	45,8%	34.075	36.170	6,1%
Despesas Financeiras	(15.335)	(21.664)	41,3%	(75.885)	(81.397)	7,3%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	3.792	(2.446)	-164,5%	(492)	(6.198)	1159,8%
Resultado Antes dos Tributos	245.033	323.882	32,2%	1.337.498	1.310.750	-2,0%
Provisão para IR e Contribuição Social	(71.262)	(103.181)	44,8%	(462.405)	(461.693)	-0,2%
Impostos Diferidos	7.710	9.348	21,2%	26.170	32.302	23,4%
Lucro Líquido do Exercício	181.481	230.049	26,8%	901.264	881.359	-2,2%

GLOSSÁRIO

ADR (American Depositary Receipt) - Recibos de ações de fora dos Estados Unidos negociados na Bolsa de Nova York. Como ações de companhias estrangeiras não podem ser negociadas diretamente no mercado americano, os papéis ficam sob custódia de uma instituição financeira, e seus recibos circulam na Bolsa de Nova York. Acabam acompanhando a variação das ações em seu país de origem e do câmbio entre os dois mercados.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) - Associação que tem como propósito promover intercâmbio de ideias, networking e conhecimento estratégico entre executivos. A ANEFAC desenvolveu o Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-Serasa Experian, conhecido como “Troféu Transparência”, que reconhece empresas que apresentam as demonstrações financeiras mais transparentes do país. O prêmio é considerado como sendo extremamente respeitado devido à seriedade e credibilidade das instituições envolvidas.

APINE (Associação Brasileira dos Produtores Independentes da Energia Elétrica) - Entidade representativa dos produtores independentes de energia elétrica que interage com os poderes executivo e legislativo e com outros organismos envolvidos com o setor elétrico brasileiro (Aneel, ONS, CCEE, etc.), além de setores influentes como do meio ambiente e da gestão hidrológica.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da Aneel, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDB (Certificado de Depósito Bancário) - Títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos.

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) - Agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento, e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) - Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidrelétricas.

CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) - Na condição de órgão de assessoramento do Presidente da República, o conselho formula políticas e diretrizes energéticas.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Covenants - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

CVaR (Conditional Value at Risk/Valor Condicionado a um Dado Risco) - Metodologia que considera os cenários hidrológicos mais desfavoráveis na definição da política de operação do sistema. A aplicação da metodologia embute o custo do despacho termelétrico no Preço de Liquidação das Diferenças, usado nas operações do mercado de curto prazo.

Dividend yield - Índice que mensura a rentabilidade relativa dos dividendos de uma empresa que é pago aos seus acionistas em relação à cotação atual da ação desta empresa em determinado período.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

EIA (Estudo de Impacto Ambiental)/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) - Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente responsáveis pela emissão de licenças ambientais para atividades consideradas potenciais de degradação e poluição devido à utilização de recursos naturais.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

Energia Secundária - Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, com base no disposto na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. É o órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

ESS (Encargos de Serviços do Sistema) - Encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do SIN para o atendimento do consumo da energia elétrica do Brasil.

Garantia Física (Garantia Assegurada) - É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidrelétricas durante um determinado período de tempo, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física) - O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) - Órgão federal responsável pela preservação, controle, fiscalização, e conservação do meio ambiente, além da realização de estudos sobre o meio ambiente e a concessão de licenças ambientais para empreendimentos que possam impactar a natureza.

ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) - Órgão ambiental vinculado ao Ministério do Meio Ambiente responsável por fiscalizar, monitorar e proteger as Unidades de Conservação através do exercício do poder de polícia ambiental.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) - Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - Ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

LP (Licença Ambiental Prévia) - Procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

MW (Megawatt) - Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de watts.

Mercado Spot - Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

MRGF - antigo MRA (Mecanismo de Redução de Garantia Física) - O MRGF tem como objetivo avaliar se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos pelo ONS. Tal avaliação é feita por meio de uma comparação entre os parâmetros verificados de interrupções programadas e forçadas em relação aos parâmetros de referência estabelecidos pela ANEEL para uma usina. Quando os valores verificados superam os valores de referência, há redução da Garantia Física da usina apenas para fins de aplicação do MRE, não reduzindo o recurso da usina que pode ser comercializado através de contratos.

Mercado de Curto Prazo (MCP) - “Mercado” no qual são liquidadas as diferenças apuradas entre os requisitos e recursos de energia dos Agentes.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PAS 55 - Metodologia para gestão de ativos elaborada em 2004 pelo Instituto Britânico de Normas (*British Standards Institution's*), como resposta ao reconhecimento de que não havia padrão de referência na gestão de ativos. A PAS 55 detalha processos/procedimentos que asseguram à organização as melhores práticas na gestão dos ativos e atenta, principalmente, para o desempenho, o risco e o custo dos ativos físicos.

PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) - A provisão é realizada para cobrir perdas possíveis na cobrança das duplicatas a receber ou em outros créditos existentes na empresa. É constituída sempre que houver alguma evidência ou expectativa de perdas na realização destes créditos.

PIS (Programa de Integração Social) - O PIS tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Através do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) - Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afliências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km².

Sazonalização - A sazonalização admite que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

SGA (Sistema de Gestão Ambiental) - Busca identificar, controlar, e melhorar constantemente impactos ambientais.

SGSSO (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) - Conceito que estabelece requisitos relacionados à gestão da saúde ocupacional e segurança com o objetivo de conhecer melhor os riscos existentes na organização e minimizá-los.

SIN (Sistema Interligado Nacional) - Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) - Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

TUSTrb (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) - Tarifa relativa ao uso de instalações da Rede Básica, que considera os custos de operação e expansão das linhas de transmissão.

VN (Valor Normativo) - Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.